

(Texto com revisão.)

 Pauta: Debater o [PLCE nº 12/23](#).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (19h10min) Boa noite a todos. Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública destinada a discutir o PLCE nº 12/23, que autoriza o Município ajustar os limites territoriais de Porto Alegre, com a cidade de Viamão. Esclarecemos que essa audiência já tinha sido feita no dia 14 de dezembro de 2023, mas, em razão de um problema técnico, os arquivos de áudio e de gravação foram corrompidos e nós não conseguimos fazer, na ocasião, a transcrição taquigráfica dos materiais. Então, agora estamos retomando a audiência, com os cuidados todos, inclusive de replicância para a gravação para não termos problemas.

Inicialmente, gostaria de registrar que presidirá a audiência pública o Ver. Moisés Maluco do Bem, designado pelo Presidente da Câmara, Ver. Mauro Pinheiro, que não pôde estar na audiência porque está num outro compromisso pré-agendado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 12/23, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO A ENCAMINHAR A CORREÇÃO DOS SEUS LIMITES TERRITORIAIS

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia **11 de março de 2023, às 19 horas**, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/139017>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.

A nossa audiência terá os seguintes desdobramentos: inicialmente, nós gostaríamos que os colegas que vão representar a Prefeitura se identificassem para fazer a exposição inicial, e a partir deste momento estaremos recebendo, pelo *chat*, até 10 inscrições de pessoas da comunidade que desejam fazer seus pronunciamentos. Intercaladamente com as falas da comunidade, vereadores presentes poderão se manifestar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado diretor Luiz Afonso. Só para recuperar um pouquinho o histórico e deixar registrado que este é um processo que não é culpa da Câmara Municipal de Porto Alegre, não é culpa da Câmara Municipal de Viamão, na verdade foi uma alteração, numa carta topográfica, e aconteceu à revelia, praticamente, dos poderes municipais, na instância estadual, que motivou um grande problema. A alteração, só para a gente entender de uma forma prática: a divisa entre Porto Alegre e Viamão naquela região conhecida como a região das Quirinas sempre foi um córrego, um arroio, uma nascente, uma ravina, que era o acidente geográfico utilizado. E aí, em determinado momento, os Correios comunicaram que o CEP estaria alterado e algumas ruas começaram a reclamar porque sempre pagaram impostos a Porto Alegre, DMAE, IPTU, taxas e etc. e passaram, de uma hora para outra, a ser Viamão. Na época, o secretário de Saúde, Erno, teve um grande problema porque as pessoas passariam a não ser mais atendidas no posto de saúde histórico por causa do cartão SUS mudar o endereço e aí essas pessoas teriam que, esta comunidade toda, se locomover, pegar o ônibus, ir até um trecho e pegar outro ônibus irem até Viamão para serem atendidas. Então começou um grande problema, e a presença do Ver. Idenir Cecchim, que hoje é o líder do governo Sebastião Melo... Inclusive agradecemos, porque o Ver. Idenir Cecchim era o secretário extraordinário do gabinete do governador Sartori que abriu a agenda no Palácio para a gente explicar o problema. Foi explicado, e aí começou-se a buscar a ponta do fio da meada para entender que caminho teríamos para reverter ou estipular as novas divisas. E aí descobrimos que o caminho era que as câmaras municipais aprovassem um novo desenho, ou o desenho antigo, ou um desenho alternativo, e que seria necessário que os dois prefeitos conversassem. Então o prefeito Sebastião Melo, também muito sensível, já nesta gestão, foi a Viamão para conversar com o prefeito de Viamão e acordaram que seria feito levantamento topográfico do território que estava em Viamão, das áreas, e eles aprovariam lá uma, entre aspas, legalmente, devolução de território a Porto Alegre. E aí eles aprovaram, fizeram isso, fizeram a parte, conversaram os prefeitos de Viamão e Porto Alegre, chegaram a um

acordo de começar este redesenho novamente. Então a Câmara Municipal de Viamão, que recebeu todo aquele território, delimitou algum território para começar esta reforma, este novo desenho e aprovou na câmara de lá a devolução de uma área, de uma parte da grande área para Porto Alegre, e essas ruas poderiam, obviamente, voltar a ter o serviço de patrolamento, etc., pela Prefeitura de Porto Alegre. Aprovado na Câmara Municipal de Viamão, o correto é que no município vizinho, Porto Alegre, façamos o mesmo caminho e aproveamos o projeto em espelhamento, porque, se nós aprovarmos um projeto diferente, não avança o processo. Então a gente tem que aprovar um projeto espelhado, ou seja, com a mesma área, para que os dois municípios, através de projetos aprovados, enviem para a Assembleia Legislativa, através da comissão municipal, que é quem cuida a questão das divisas, possa fazer o seu trabalho. Por coincidência, o ex-prefeito de Viamão hoje integra esta comissão que está na Assembleia, conversou com o prefeito Sebastião Melo, e eles estão aguardando agora a aprovação de Porto Alegre – porque Viamão já fez – para fazer este projeto na assembleia. Então algumas comunidades se manifestaram. Para a gente ter uma ideia: os índios, no início, passariam para Viamão, mas se manifestaram formalmente e tal, tem toda uma legislação, para ficarem em Porto Alegre. Então, assim, o trabalho é um trabalho árduo, mas a gente entende que a nossa parte hoje é enfrentar o tema, aprovar um projeto, e foi acordado entre os dois prefeitos em espelhamento, para que possamos avançar na Assembleia Legislativa. O Ver. Idenir Cecchim, quando era o secretário extraordinário, foi quem correu atrás de todas as respostas técnicas, pontos técnicos do Estado, para explicar para ambos os legislativos municipais qual seria o caminho a ser adotado. Então esse é o histórico, por isso o Poder Executivo, o governo Melo, fez o projeto e enviou para a nossa Câmara e a gente fez aquela audiência pública, mas, infelizmente, perdemos a gravação e, por segurança jurídica, estamos fazendo essa reunião de hoje para podermos enfrentar a pauta, aprovar ou não aprovar na Câmara de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Moisés Maluco do Bem, que preside a audiência. Gostaríamos de verificar se os colegas que vão representar a Prefeitura estão presentes. Há um espaço para uma apresentação inicial do projeto por parte do Executivo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Diretor, eu falo em nome da liderança do governo Sebastião Melo; quero dizer que o Ver. Moisés, que está presidindo esta audiência pública, fez um relato fidedigno, fiel, completo e objetivo. A Prefeitura de Porto Alegre realmente está muito interessada e querendo aprovar o projeto de uma maneira espelhada, como disse o Ver. Moisés Barboza. Nós queremos fazer, na Câmara de Vereadores, essa aprovação para que se possa dar início, ou melhor, para que se possa complementar na Assembleia Legislativa, onde parece-me que será o último desfecho antes de os prefeitos assinarem. Acho que nós estamos bem informados, o relatório o presidente já o fez, e tendo como nosso relator o Ver. José Freitas, nós temos todas as condições de fazer com que esse projeto seja aprovado imediatamente, porque a população daquela região precisa, quer, e nós temos o dever de proporcionar a eles a vontade que eles manifestaram e estão manifestando. Então eu quero dizer que na Câmara de Vereadores o governo Sebastião Melo quer aprovar esse projeto, e eu tenho quase certeza, não falei com a oposição, com ninguém, mas é um projeto que atende a todos os lados. Eu queria cumprimentar aqui a luta do Ver. Moisés Barboza pela região, pela população que lá está, que precisa ter um olhar de facilitação. Não é possível que alguém tenha que pegar dois ônibus estando ao lado de um posto de saúde, por exemplo. Então, que seja votado, que seja aprovado para o bem daquela população. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Nós vamos passar ao Ver. José Freitas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa noite. Eu gostaria de fazer uma pergunta que eu acho que o Ver. Moisés tem como responder. As questões, tanto lá na parte das Quirinas como aqui da parte da Lomba do Sabão, na divisa, essas questões de CEP, isso aí só vai ser solucionado depois de aprovados ambos os projetos? É isso?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Infelizmente sim, infelizmente o CEP correto só vai ser feito depois de a Assembleia Legislativa ter conhecimento de que as Câmaras aprovaram o projeto espelhado, e aprovarem lá na Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia. No momento que eles aprovarem, por lei, Porto Alegre volta a ter o CEP de Porto Alegre e quem fica em Viamão fica com o CEP de Viamão.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Então, as reclamações que chegam até nós é a questão de CEP, a pessoa não sabe se pertence a Viamão ou Porto Alegre, a questão de postos de saúde e outras questões aí.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu acho que por isso – Freitas, desculpa interromper – mas só para dizer que por isso que tem, acredito que inclusive uma emenda de outro colega nosso, o Ver. Jessé, pedindo placas de sinalização, porque, hoje, tem uma parte da população que nem sabe se está em Viamão ou se está em Porto Alegre. É importante também a gente jogar luz nisso, e V. Exa. tem toda razão, o problema do CEP, só depois de passar na Assembleia.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Está ok. Está bom, meu querido. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. José Freitas. Vamos passar para a lista de inscritos. Temos, pela ordem, inscritos o Sr. Daniel Barres, o Sr. Hélio Oliveira, o Sr. Vinícius – eu pediria ao

Vinícius que colocasse no *chat* seu sobrenome, por gentileza, para os nossos registros – e a Francine Zucatti. São falas de até 5min, nós vamos cronometrar o tempo e depois avisamos. Com a palavra o Sr. Daniel Barres.

SR. DANIEL BARRES: Boa noite, pessoal. Boa noite aos vereadores, diretor Sr. Luiz Afonso. Obrigado pela oportunidade de novo de refazer a audiência pública. O Ver. Moisés Barboza trouxe o histórico; grande Ver. Idenir Cecchim, eu também o conheço; o Ver. José Freitas; Ver. Jessé Sangalli. Então o que acontece? Eu sou morador e sou da região das Quirinas, fui eu que comecei o processo, inclusive eu procurei primeiramente o Ver. Moisés Barboza na época do governo Marchezan. A Estrada das Quirinas está muito organizada, tem um grupo de WhatsApp de quase mil pessoas, nós temos o abaixo-assinado, nós já estamos dentro do processo. E o projeto foi feito em cima de um projeto dos técnicos de Viamão, eu participei também, foi amplamente divulgado nas redes sociais. Também na Câmara de Vereadores, durante a fala sobre esse projeto, ele foi divulgado e deixava as Quirinas em Porto Alegre – não é passar, é manter –, também a aldeia indígena dos kaingang e a comunidade Vinte e Seis de Agosto. Essas três regiões fazem parte de Porto Alegre, elas nunca foram de Viamão, então elas permaneceriam em Porto Alegre. E aquele projeto lá atrás que acabou deixando esse erro com a divisa nas Quirinas, ele vai realmente deixar a parte de Viamão, que é Viamão, em Viamão. Então, eu falo pela região das Quirinas que, comprovadamente, tenho a documentação, abaixo-assinado e, hoje, eu estou aqui com os moradores da Vinte e Seis de Agosto, gostaria de registrar, nós estamos com os moradores mais antigos que estão à frente e também já sabem da história, e nós já estamos com o abaixo-assinado, 150 assinaturas aproximadamente, já foi feita a reunião e já tem o grupo de WhatsApp também. A comunidade Vinte e Seis de Agosto, hoje eu falo por eles também, eu gostaria de que os moradores confirmassem que eu estou falando por vocês, e fizessem a confirmação com a cabeça. (Pausa.) (Aqui escência dos presentes.) Tá, pessoal, então assim: pelas Quirinas eu estou à frente, e a Vinte e Seis de Agosto, os moradores me procuraram, pediram para que entrasse junto

com as Quirinas e que eu fizesse essa representação, já que, por eles também, eles não estavam sendo informados, nunca foram informados, nunca participaram de uma audiência pública, nunca foram convidados a nada, assim como nós das Quirinas. A própria Lei Orgânica diz que toda alteração que vá afetar a vida da população, onde está sendo mexida alguma coisa, por lei, nós temos que ter o direito de, pelo menos, ser informados, consultados e temos que ter o direito da deliberação também. Então nós temos assim: nunca foi, eu nunca fui, todos esses moradores mais antigos da Vinte e Seis de Agosto, assim como os das Quirinas, nós temos a confirmação que nunca participamos. Hoje nós estamos com o projeto que está sendo resolvido, sim, ele tem uma alteração que deixa as Quirinas em Porto Alegre e deixa a aldeia kaingang em Porto Alegre, mas o projeto e a Emenda nº 01 deixam a comunidade da Vinte e Seis de Agosto em Viamão. Só que sempre foi divulgado o projeto, eu tenho ele em PDF, que foi feito em Viamão pelos técnicos de Viamão, e, na tribuna, o Ver. Jessé Sangalli... o Ver. Moisés Barboza, em vários momentos, divulgou, deixando a Vinte e Seis de Agosto junto, dentro de Porto Alegre. Hoje a gente está aqui com a Vinte e Seis de Agosto, eles entraram no processo, já estamos com o abaixo-assinado. Foi procurado o Ver. Jessé Sangalli, que está atuando na região das Quirinas, junto conosco, e na Vinte e Seis de Agosto agora, para que pudesse fazer essa correção e se mantivesse a Vinte e Seis de Agosto dentro do projeto inicial, já que a emenda acaba deixando eles fora do mapa de Porto Alegre, passando eles, deixando em Viamão, e esta é reivindicação. Que seja respeitado o primeiro projeto-esboço, que foi amplamente divulgado na região, na Câmara e também nos processos, para que mantenha aquele primeiro projeto anunciado: a Vinte e Seis de Agosto, kaingang e as Quirinas dentro de Porto Alegre. Eu me coloco à disposição, se precisar de algum esclarecimento mais, e obrigado pela oportunidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado ao Sr. Daniel Barres. Passamos a palavra ao Sr. Hélio Oliveira.

SR. HÉLIO OLIVEIRA: Boa noite, diretor; boa noite, ilustríssimos vereadores; uma coisa importante para enriquecer o pensamento: uma pessoa que não tem o CEP definido tem um problema de identidade às vezes, porque as pessoas gostam de saber: “Olha, eu moro em Porto Alegre, ou eu moro em Viamão”. As pessoas têm isso como uma parte da sua identidade, isso faz parte da vida das pessoas, faz parte da necessidade nossa de ter um CEP. Eu digo CEP foi pela localização de mudança aí, existe essa necessidade. Mas o mais importante que eu vejo para nós aprovarmos esse projeto é que, por problemas contratuais, às vezes, uma população de lá ou de cá deixa de ser atendida, porque, quando nós contratamos a empresa para trabalhar em Porto Alegre, ela vai trabalhar em Porto Alegre. Se lá está constando Viamão, fica uma dificuldade imensa da gente fazer aditivo de contrato, e aí não é atendido... Às vezes, é atendido por um ou por outro mesmo que indevido, mas o problema é quando não são atendidos por nenhum dos dois. Isso é uma necessidade que essa população tem de ter definido claramente, por legislação, e rigorosamente recuperando o passado delas, que é em Porto Alegre. É muito importante que isso seja o mais rápido possível aprovado e passado adiante para que a gente elimine essa dificuldade que elas têm de usarem os serviços públicos, mesmo o serviço pago, elas têm problema de ônibus, há um conflito de condução. Antigamente tinha o problema do táxi, que agora os táxis até avançam para outras cidades, mas isso hoje está, mais ou menos, resolvido. Mas essa necessidade tem que ser atendida. Eu acho que a gente, às vezes, demora um pouco, mas, quando faz, procura fazer bem-feito, e eu acho que está sendo bem-feito, está sendo feito em conjunto com as duas Prefeituras, há uma unanimidade entre as duas de que há a necessidade de fazer isso. Essa é a minha parte, e desejar que essa população finalmente tenha definição de sua localização, do seu CEP. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Hélio Oliveira. Passo ao Sr. Vinícius Mendonça. Sr. Vinícius, seu microfone está aberto, mas não estamos conseguindo escutá-lo.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Diretor Luiz Afonso, se houver um problema, a gente pode passar para a outra inscrição, depois retornar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pois eu estava com essa ideia. O Vinícius concordou, vamos passar, então, para a Sra. Francine Zucatti, depois, voltamos com o Vinícius.

SRA. FRANCINE ZUCATTI: Boa noite a todos, venho representar a assistência e trazer um pouco das dificuldades que temos com essa, digamos, incerteza dos endereços. Tivemos esses temporais agora, eu atendi – agora trazendo um exemplo – quatro famílias do Acesso do Mário, e tivemos essa dificuldade do atendimento por estarem em Viamão. Os moradores nos procuram já sabendo que existe essa dificuldade, com essa dúvida sempre, e sempre questionando: “O meu endereço está em Porto Alegre? Dá uma olhadinha para mim se está em Porto Alegre”. O que eles alegam é que desejam estar no município de Porto Alegre, pois o município de Viamão, na fala da grande maioria, não tem a estrutura para atender a demanda que ficou para eles lá. E para nós, na assistência, muitas vezes precisamos do comprovante de residência para poder atender, enfim, cadastros, e quando eles vêm trazer o comprovante de residência, tem que ser com o vínculo do posto de saúde, e o posto de saúde dá em Viamão, e a gente não consegue nunca contemplar ou complementar o atendimento dessas pessoas que estão na divisa do território. Então, a gente tem essa dificuldade, uma grande dificuldade. Eles também reclamam muito da questão da saúde, a dificuldade de atendimento. E todas as últimas falas, nas visitas que eu fiz, eles desejam muito ficar no município de Porto Alegre. E venho aqui declarar o apoio à Emenda nº 01, justamente por ser trabalhadora da região e saber da dificuldade, lá na ponta, dos moradores. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Francine. Vamos verificar se o Vinícius consegue se conectar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Se não conseguir, depois eu queria fazer algumas observações mais, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, e depois temos ainda mais uma inscrição. Vamos ver se o Vinícius consegue... Não estamos lhe ouvindo. Infelizmente não estamos lhe ouvindo. Marca aqui como aberto seu microfone, mas não estamos conseguindo. Quem sabe o senhor se desconecta e conecta de novo? Sai e entra na reunião de novo. Aí nós vamos passar para o Ver. Moisés, que vai fazer alguma observação, e aí nós lhe colocamos depois, por favor.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Aguardo alguma inscrição ou posso fazer as considerações?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O senhor não quer fazer sobre o todo?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Prefiro. Até para responder algumas coisas que não ficaram muito claras da fala do Daniel Barres.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Tatiana Valenci está com a palavra.

SRA TATIANA VALENCI: Boa noite a todos. Estão me ouvindo? Meu nome é Tatiana Valenci, eu estive na coordenação da Subprefeitura da Lomba do Pinheiro por algum período, hoje estou na coordenação da Subprefeitura Leste, que é bairro Bom Jesus, enfim. E me reportando a algumas falas anteriores aí, da Francine e do Hélio também, da importância de nós firmarmos o serviço, porque quem trabalha com a zeladoria da cidade é bem difícil de a gente estar mobilizando equipes quando esses dois segmentos, essas duas localidades

estão em Viamão, e os serviços que atenderiam eles – que precisam atender – são serviços de Porto Alegre. Eu tive bastante dificuldade nessas questões, por inúmeras vezes a gente não consegue dar o suporte que o cidadão necessita e o pertencimento, acho que isso é muito importante de se levar em consideração, onde as pessoas se sentem, se identificam com aquela região, com aquele espaço. Então, eu estive por um período longo na Lomba do Pinheiro, anteriormente eu fui da Prefeitura também, trabalhei no DEP, no esgoto, no DMAE pluvial, então eu acho que isso é de extrema importância, podendo definir a localidade pela questão do CEP, das pessoas se identificarem. Enfim, é só para contribuir mesmo. Eu acho muito importante o projeto, enfim, vamos seguir aí, espero que dê tudo certo, que o cidadão, no final, fique satisfeito e seja contemplado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Tatiana. Vamos ver se o Vinícius conseguiu se reconectar. Só para informar o seguinte: cada participante tem direito a um a fala. Vamos tentar ver se conseguirmos o áudio do Vinícius.

SR. VINÍCIUS MENDONÇA: Estão me ouvindo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Agora, sim!

SR. VINÍCIUS MENDONÇA: Eu quero dizer também que eu sou favorável, porque eu também sou morador lá daquela região por muito tempo. Louvável o posicionamento do Ver. Moisés Barboza, dando atenção especial para a região e formalizando a intenção, dando uma ênfase lá para a região que foi tão desassistida, onde por muito tempo eu morei e frequento muito lá. Então, realmente, a necessidade de se ter um olhar especial, e de a Prefeitura estar dando o seu posicionamento, de querer assistir aquela região, de querer ter alguém, de fato, por essas pessoas que tanto precisam, é louvável. Parabéns a todos os envolvidos nesse processo, em especial ao Ver. Moisés Barboza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Vinícius.
Ver. Moisés Maluco do Bem.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Diretor Luiz Afonso, só queria fazer algumas considerações que eu julgo importantes. Em primeiro lugar, queria dizer que a gente conhece toda essa história relatada aqui pelo Daniel Barres, que trabalhou comigo. Ele estava nessa reunião que foi proporcionada e nos recebeu o Ver. Idenir Cecchim quando era o secretário extraordinário do governo Sartori. Então, a gente conhece, e, como eu disse, o Daniel trabalhou comigo na Câmara, hoje ele assessora um outro vereador, o Ver. Jessé Sangalli, e quero dizer que fico feliz que ele lembre, diga, e foi amplamente divulgado que a gente falou várias vezes sobre isso. Ele participou, inclusive, como ele disse, da construção de várias etapas, inclusive falou que participou na etapa que foi de Viamão, onde os técnicos de Viamão delimitaram uma área diferente da proposta original. Mas a gente precisa enfrentar o tema com as características que foram aprovadas. Isso não impede, e aí digo porque eu também entendo as várias pessoas da comunidade da 26 que não gostaram do desenho aprovado em Viamão, mas a gente tem que ter inteligência legislativa. Se a gente quer avançar, e aí eu faço apenas essa correção, não é se manter em Porto Alegre, essa região das Quirinas foi passada para Viamão, ponto. O CEP alterou-se, e infelizmente não é culpa da Câmara de Porto Alegre, não é culpa da Câmara de Vereadores de Viamão. Então, é, sim, voltar para Porto Alegre, porque hoje, legalmente, está o território, por um erro de um técnico, por uma aberração, por um descuido, não se sabe detectar isso, os Correios foram solicitados a alterar o CEP. E, para as prefeituras, e é essa dificuldade, por exemplo, que o servidor Hélio, que estava aqui, que acompanhou grande parte, foi colega inclusive do Daniel um tempo lá na Secretaria de Serviços Urbanos, de a Prefeitura de Porto Alegre atender as Quirinas, porque o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Procuradoria podem inclusive responsabilizar o prefeito Sebastião Melo de estar

usando o maquinário de Porto Alegre em ruas que legalmente passaram a ser de Viamão.

É bom a gente fazer todo esse resgate, reconhecer as coisas aqui. O Daniel acompanhou essa parte, trabalhou comigo, foi meu assessor por um tempo. Inclusive, da mesma forma, o Vinícius, que hoje é morador, acho que do Beco dos Mendonças, enfim, na época em que nós estávamos lá, inclusive encontramos o Vinícius uma vez lá na região das Quirinas. Então, só para deixar claro: eu, o Ver. Idenir Cecchim e todos os vereadores se solidarizam com a comunidade Vinte e Seis de Agosto e pode, sim, gerar um novo processo no futuro para um novo pedido de projeto a ser apresentado em Viamão. Mas a gente tem que entender que, na técnica legislativa, o município que é proprietário, que está responsável pelo seu território é que tem que iniciar a apresentação do projeto. Então, Viamão recebeu a visita do prefeito Sebastião Melo, eu estive junto, eu que agendei essa reunião para o Melo ir lá na prefeitura de Viamão poder conversar, um primeiro momento, sobre o problema. E agora, a gente tem um projeto aprovado no município de Viamão que diz assim: – e vou falar aqui para todos entenderem – são 500 hectares que estão em discussão; esses cento e poucos daqui a gente já aprova aqui e já retorna: quem pega Quirinas, quem pega ali a aldeia dos índios e tal, para retornar a Porto Alegre. Daí eles passam, aprovam no seu Legislativo, é sancionado, e aí foi cumprida uma etapa. Se nós quisermos, e eu sou parceiro, continuar no intento de ainda buscar isso para a comunidade Vinte e Seis de Agosto, como era a nossa ideia, de todos nós, original, é um outro caminho que nós vamos ter que tomar. Se nós não aprovarmos hoje o projeto em espelhamento, vamos prejudicar Quirinas e aldeia, porque vai ficar para a visão legal de que eles estão em Viamão. Então, eu queria só esclarecer isso aí. Vejo que o Ver. Jessé Sangalli, inclusive, já está conosco e se inscreveu.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Moisés, de fato, agora próximo inscrito é o Ver. Jessé Sangalli.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Boa noite, desculpa, eu estava ocupado, mas escutei pelo YouTube todas as manifestações e agora me inscrevi. Eu queria parabenizar o trabalho do Ver. Moisés, ele liderou esse processo por muito tempo e está liderando ainda. Eu somente me somei a comunidade da 26 por causa da questão desse receio que eles tinham de não permanecer em Porto Alegre, e até agora o próprio vereador esclareceu, já voltou para Viamão e se está corrigindo essa questão. Acho que, justamente existe esse entendimento tanto do vereador quanto meu, quanto do Cecchim, quanto do governo, de facilitar essa questão dos serviços, de facilitar a vida desses cidadãos. A ideia é melhorar, ninguém vai ser contra melhorar a vida dessas pessoas, e eu de fato estive lá visitando e chega a ser ridículo que essas pessoas estejam nesse limbo, porque literalmente tem pessoas em que está escrito o endereço da pessoa, o bairro da pessoa, e a cidade é Viamão/Porto Alegre. Realmente é importante, por exemplo, dar o nome para uma rua, porque a pessoa sente o pertencimento, consegue receber uma conta de energia, de telefone, de água, com tranquilidade, mas não saber a cidade gera, talvez, mais insegurança ainda. Eu queria falar para a comunidade que eu estou querendo auxiliar, não quero me atravessar no trabalho do Ver. Moisés, porque ele de fato liderou isso e está liderando o processo até agora. Eu só entrei nessa discussão porque os moradores pediram e a liderança, o Daniel Barres, que trabalha hoje comigo, solicitou que nós fizéssemos essa contribuição. Então, não tem disputa, o que importa é a cidade ficar melhor e essas pessoas terem o pertencimento àquele local onde elas, de fato, sentem estar. A minha sugestão de uma emenda, que já foi protocolada, da questão das placas, é justamente para isso. Porque, até para a própria Prefeitura poder aplicar o serviço é importante que tenha essa delimitação em todas as entradas e saídas da cidade, como em muitas vezes a gente vê no interior, “bem-vindo a tal cidade”, “volte sempre”, naquelas estradas que dão acesso e levam até outros locais. E tenha ali claro em todas as entradas e saídas de Porto Alegre, onde começa e onde termina a cidade para acabar essa confusão. Caso isso continue, infelizmente essas pessoas acabam ficando desterritorializadas, embora saibam onde moram. Mas os terceiros, as empresas

que prestam serviços acabam, às vezes, negando a cumprir, negando a fazer entrega ou mesmo gerando confusão. Se, às vezes, uma rua com o nome igual em dois bairros diferentes já gera dificuldade, imagina uma rua que pode estar em duas cidades ao mesmo tempo. Fiquei imaginando um entregador que vai ter a rua Vinte e Cinco não sei quanto, por exemplo, a rua Três de Maio, vai olhar obviamente o bairro – que muitas vezes inclusive tem uma mesma rua com mesmo nome em dois bairros diferentes –, mas, nesse caso, tem duas cidades. Então se vai procurar no mapa, no Google, isso e aquilo, vai dar confusão. A ideia é contribuir, e eu me coloco à disposição da comunidade. E, reconhecendo a liderança do Ver. Moisés nesse processo, inclusive, na reunião com o prefeito de Viamão eu não fui convidado justamente porque eu entrei depois nesse processo. Mas acho que vamos todos contribuir para encontrar uma solução e demonstrar essa vontade para que a gente consiga colocar novamente essa... (Problemas na conexão.) ...com o Ver. Moisés Maluco do Bem, essa comunidade à cidade de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Jessé. Nós temos ainda uma inscrição do Dr. Robson Dimer, que está com a palavra.

SR. ROBSON DIMER: Boa noite a todos, ao Ver. Moisés Maluco do Bem, ao Sr. Luiz Afonso, ao Ver. Idenir Cecchim, Ver. José Freitas, Ver. Jessé Sangalli. Eu sou assessor do Ver. Jessé, eu entro aqui em complemento só à fala do Ver. Jessé e à do Daniel Barres, que é meu colega aqui, para ver se eu consigo só complementar e depois, no final, fazer uma pergunta ao Ver. Moisés Maluco do Bem, que está conduzindo o processo. Eu queria ver se consigo compartilhar aqui, diretor Luiz Afonso, a minha tela.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está autorizado.

SR. ROBSON DIMER: Eu vou solicitar, não sei se aparece para vocês?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, sim.

SR. ROBSON DIMER: (Procede à apresentação.) Nós colocamos no mapa o que está em verde – não sei se os vereadores conseguem ver e as pessoas que estão presentes – é o projeto original do Executivo que veio, o PLCE nº 12/23. E, em roxo, é a emenda apresentada pelo Ver. Moisés Barboza que, em tese, refletiria este outro projeto aqui, que é o projeto aprovado, vamos dizer assim, ou pelo menos discutido – depois o Ver. Moisés Barboza vai concluir respondendo – com a Prefeitura Municipal de Viamão. Seria um espelhamento dessa área pretendida aqui de 128,05 hectares, onde a gente consegue, mediante um *zoom* aqui, perceber que o Loteamento Emílio Câmara, ou a comunidade Vinte e Seis de Agosto, fica dentro do projeto anteriormente debatido. A emenda, quando colocada no mapa, acaba retirando o fim do loteamento Emílio Câmara ou a comunidade Vinte e Seis de Agosto, ou rua Ubirajara. Então a parte em azul seria a parte que está ficando de fora; a parte em roxo, a emenda; e a parte verde, o projeto original. Na realidade, não é uma falta, eu queria compartilhar a tela para elucidar melhor o que o Ver. Jessé e o Daniel Barres estão evidenciando, por que a comunidade da Vinte e Seis de Agosto está presente aí na reunião. Então só para evidenciar que eu coloquei num mapa, eu fiz a questão cartográfica aqui para ficar mais visível. Só que, como o vereador falou, no projeto que foi aprovado no município de Viamão, se foi aprovada aquela emenda apresentada por ele ou foi aprovado o projeto amplamente discutido?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Já estamos falando do mesmo...

SR. ROBSON DIMER: Está entendendo a minha fala então?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Claro, estamos falando a mesma língua. Foi o que eu falei: na nossa proposta original, eram 500 e poucos

hectares – se não me engano –, e Viamão, que é o detentor do território – por culpa de nenhum dos dois municípios, foi uma questão estadual –, nesse primeiro momento aprovou na Câmara de Viamão apenas cento e poucos hectares. E está correto! Inclusive quero pedir aqui também a mesma... Eu confesso para vocês que eu sou meio chucro, meio analógico, mas eu vou tentar aqui compartilhar, se eu puder, deixa eu ver aqui, uma imagem. Se o diretor Luiz Afonso... (Procede à apresentação.) Vocês veem bem aí a imagem? Vocês veem bem a imagem? (Aqui escência dos presentes.) Vou dar zoom. Perfeito. Essa parte verde era toda a proposta inicial, e essa parte marrom, nós fizemos uma emenda, o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim e eu, porque foi aprovada em Viamão. Então toda essa parte aqui ó, e aí eu explico pra vocês: aqui ó, nessa parte que está a escola é a via pública. Então o que aconteceu? No passado era uma ravina, como eu falei, que é um acidente geográfico – aqui, certo? –, e o que aconteceu? O Estado, simplesmente, o técnico, passou para via pública, e aí a gente requereu de volta, só que toda essa parte verde passou a ser, em 2015, se não me engano, Viamão. Então a nossa proposta original seria todo o verde e o marrom, e na verdade o que passou a ser aprovado em Viamão foi o marrom, que aí pega aqui em cima, exatamente o que a assessoria ali tá dizendo que aqui tá, exatamente o número três, é a 26. Inclusive a Beatriz, a gente teve lá na casa da Beatriz várias vezes, inclusive com o subprefeito da Lomba, pra ver a questão do patrolamento que aqui não está podendo ser feito porque passou a ser Viamão, e aí quando a gente reivindicou para Viamão, onde está o número três, que é a comunidade Vinte e Seis de Agosto, o que que aconteceu? O secretário de Viamão disse: “Não, mas a gente tá esperando para ver o que que vocês vão aprovar, porque o seguinte, para mim, não me deram aqui a ordem, o que passou para Porto Alegre e o que passou pra Viamão”. Então o que que eu quero dizer de prático: se nós a aprovarmos o espelhamento, e é o que a Assembleia Legislativa e o Estado solicita para fazer a lei, de devolver a região ali, as ruas das Quirinas e tal, os índios... Devolver, esse é o termo correto, devolver para Porto Alegre o que foi retirado nesses anos, entre 2014 e 2017, é essa região, beleza, eles vão seguir com o processo, vão aprovar na comissão

de serviços municipais, vai virar a lei e volta a ser de Porto Alegre. Não impede que a coalizão favorável aqui dos vereadores, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. José Freitas, o Ver. Jessé, nós possamos fazer, mais um apelo em Viamão para discutir mais território, mas eles aprovaram aquele trecho que está em marrom, por isso a 26 nesse momento ajudaria a resolver. Por quê? Porque no momento em que Porto Alegre vota em espelhamento por Viamão, fica delimitado: ó, aqui é Viamão, ali é Porto Alegre, então o secretário é de Viamão tem que atender ali e aí a gente vai lá e briga para ter o serviço. Então patrolamento, a via urbana, para aquelas que ficaram sob a tutela de Viamão; os que voltaram a Porto Alegre, Quirinas, etc., beleza, Secretaria de Serviços Urbanos, DCVU, o governo Sebastião Melo pode entrar e fazer o seu trabalho sem correr o risco de ser denunciado e de responder legalmente. Então estamos no meio dum processo: ou a gente aprova o espelhamento, e aí a gente, vamos dizer assim, evolui para as Quirinas e para os índios, ou a gente não aprova e aí volta à estaca zero e vai ficar o pedido do prefeito daqui, ou não, por mais territórios. Então, nós estamos falando a mesma língua, temos, graças a Deus, os mesmos mapas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Moisés. Não temos mais inscritos, o senhor pode encaminhar o encerramento da audiência.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu quero agradecer aqui, de público, à comunidade que sempre recebeu a todos os vereadores. Temos vereadores também que não estão aqui na audiência pública, que frequentam a região, os vereadores de oposição, também tem o Ver. Oliboni, que já encontrei lá nas Quirinas. Temos vários vereadores, inclusive, uma vez, eu encontrei o Ver. Comassetto, tem muitos vereadores, o Ver. Idenir Cecchim, que nos recebeu como secretário de Estado, que nos disse: “Olha, não adianta vocês brigarem, não adianta vocês gritarem, a culpa não foi de Porto Alegre, a culpa não foi de Viamão, foi aqui no Estado”, e nos deu os caminhos para hoje a gente poder ter um projeto que a gente espera que seja aprovado para resolver parte

do problema desse imbróglio. E eu vou dizer aqui numa audiência pública: as pessoas que mudaram o seu CEP de forma até artificial para poderem atender os seus doentes na unidade de saúde do posto de saúde, é um crime, entendeu? Então, para a gente dar civilidade e atendimento público, a gente, nessas comunidades, que Viamão fez o levantamento e aprovou o retorno a Porto Alegre, a gente ganha tempo. E daí sou parceiro, vou fazer, de repente, uma frente para dar a sequência à busca de um novo projeto, de um aumento de território, se for o caso, de eles fazerem, de repente, lá em Viamão, uma audiência pública com a comunidade ali que, de repente, quer se manifestar. Fico muito feliz de participar de um debate tão qualificado, de pessoas tão qualificadas, assumindo assim os seus posicionamentos, e quero dizer que todos querem o que é melhor ali para a região das Quirinas – região das Quirinas, Vinte e Seis de Agosto, da tribo indígena. Eu estive lá com o cacique, conversando com ele, meu o tocaia, meu xará, tem vereadores de Viamão que estavam na discussão, foram também na região, tem o Luisinho do Espigão, que acompanhou inclusive a reunião com a tribo indígena, o prefeito Sebastião Melo esteve lá. O dia em que o prefeito esteve, aquele trecho ali de asfalto que, na época, o Daniel inclusive estava comigo na Câmara, a gente lutou muito por aquele trecho ali de asfalto da curva, o prefeito Sebastião Melo parou lá, o Ver. Jessé estava junto, ao lado também para essa discussão já desse território. Então, eu acredito que, se nós conseguirmos aprovar, ganharemos porque teremos uma parte já com serviços delimitados: “Oh, aqui tem que entrar as máquinas e tem que...”. E a gente, os vereadores todos, de todas as bancadas e campos de ideológicos, que lutarem pela região das Quirinas vão poder exigir do Poder Público as manutenções. E a comunidade da Vinte e Seis de Agosto, a gente pode continuar reivindicando para que Viamão, de repente, tenha um novo entendimento, num futuro próximo, de curto, médio ou longo prazo. O que eu acredito é que a gente tem que aproveitar a Lei nº 5.360, de 2023, que foi aprovada, no ano passado pelo Legislativo e sancionada... (Problemas técnicos no som.)

Declaro encerrada a presente sessão, e agradeço muito a participação de todos, que participaram com o interesse de abandonar bandeiras partidárias, disputas eleitorais e que estão tentando viabilizar soluções para os moradores da região.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Boa noite a todos.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a audiência pública às 19h58min.)